A PORTA QUE PEDIA LICENÇA: ATÉ JULHO DE 2026, O FISCAL MARCAVA HORA COM O PATRÃO DA DOMÉSTICA

POR FIO VERMELHO

Versão de 15 de novembro de 2026.
https://fiovermelho.org/pensamentos/a-porta-que-pedia-licenca/
Pode copiar e distribuir, citando o Fio Vermelho (CC BY 4.0):
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Até 1º de julho de 2026, o auditor-fiscal do trabalho que quisesse ver como vivia uma empregada doméstica dentro da casa do patrão tinha que pedir licença ao próprio patrão. Estava escrito na lei das domésticas, de 2015: a fiscalização "dependerá de agendamento e de entendimento prévios entre a fiscalização e o empregador". E o fiscal ainda andava pela casa com o empregador, ou alguém da família dele, do lado. Era uma blitz que avisa o motorista o dia e a hora em que vai parar ele. Você abriria a boca pro fiscal com o teu patrão olhando?

Na casa onde vivia a Sônia Maria de Jesus, em Florianópolis, ninguém marcou hora. Em junho de 2023, uma operação de cinco órgãos entrou com ordem de juiz na casa do desembargador Jorge Luiz de Borba, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A Sônia é surda e foi levada aos 9 anos de uma creche da Grande São Paulo. Segundo a fiscalização, passou quase 40 anos fazendo o serviço da casa sem salário nem direitos. A Procuradoria-Geral da República denunciou o desembargador e a mulher dele; o processo corre em sigilo no Superior Tribunal de Justiça e não foi julgado. O casal nega e diz que ela é filha afetiva.

Três meses depois do resgate, a Sônia voltou pra mesma casa, com autorização do ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça,

que citou a "vontade clara e inequívoca" dela. Em setembro de 2026, ela continuava lá. Segundo os fiscais, ela nunca tinha aprendido a língua de sinais; segundo a Repórter Brasil, está aprendendo agora. Vontade clara, então. Quem perguntou, e em que língua?

Aquela regra de 2015 dizia muito sobre o país. A lei tratava a casa de família como território do patrão, não como lugar de trabalho. A proteção da casa, que existe pra guardar quem mora nela, virou proteção de quem manda nela. Só que quem mora no emprego também mora na casa, e a lei não perguntava nada pra ela. Quem tinha a agenda era quem podia esconder; quem tinha o que contar esperava o patrão marcar o dia.

Em 1º de julho de 2026, essa regra caiu, numa lei que o Congresso aprovou e o Lula sancionou. A Lei 15.455 reescreveu o artigo: "A entrada do Auditor-Fiscal do Trabalho no âmbito do domicílio do empregador dependerá de autorização do empregador ou do trabalhador, caso ali resida." Traduzindo: pra entrar na casa, o fiscal não precisa mais do sim do patrão, nem de esperar um juiz mandar, se a doméstica que mora ali autorizar.

É metade da porta. A outra metade depende de quem chega pra fazer a pergunta, numa língua que quem mora no emprego entenda. Mas desde julho a agenda do fiscal não passa mais pela mesa do patrão. Se você mora onde trabalha, essa autorização agora também é tua. Onde estão hoje o processo da Sônia, a lista suja e as decisões da Justiça está no episódio completo (https://fiovermelho.org/episodios/laudelina-a-domestica-que-o-patrao-nao-esperava/).

FONTES

Cada fonte com o endereço por extenso. *Confirmada*: a informação bate em mais de uma fonte. *Disputada*: as fontes divergem, e a gente mostra cada versão.

1 **Justiça exclui da lista suja resgate de doméstica em casa de desembargador de SC**
Leonardo Sakamoto, Repórter Brasil
https://reporterbrasil.org.br/2026/08/justica-exclui-da-lista-suja-resgate-de-domestica-em-casa-de-desembargador-de-sc/
☐ CONFIRMADA

2 **Caso Sônia: Justiça dificulta aproximação de irmãos biológicos, diz família**
Repórter Brasil
https://reporterbrasil.org.br/2026/09/caso-sonia-justica-dificulta-aproximacao-irmaos-biologicos-diz-familia/
☐ CONFIRMADA

3 **Irmãos buscam reencontro com doméstica apontada como escravizada em SC**
Repórter Brasil (vídeo)
https://www.youtube.com/watch?v=wguHFoN6nms
☐ CONFIRMADA

4 **Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015**
Presidência da República
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm
☐ CONFIRMADA

5 **Lei 15.455, de 1º de julho de 2026**
Presidência da República
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/L15455.htm
☐ CONFIRMADA

VERSÃO MAIS ATUAL

Aponta a câmera do celular pra ler a versão mais atual.

Versão de 15 de novembro de 2026. A mais atual está em https://fiovermelho.org/pensamentos/a-porta-que-pedia-licenca/

A lista de correções está em https://fiovermelho.org/correcoes/

Pode copiar e distribuir, citando o Fio Vermelho (CC BY 4.0): https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/